



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682357 - RS (2021/0232075-1)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RICHARD MORALES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICHARD MORALES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 70085029924).

O paciente foi condenado à pena de 2 anos de reclusão em regime inicial aberto e multa, pela prática do delito previsto no art. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, substituída a pena privativa por duas restritivas de direitos.

A impetrante sustenta a ilicitude das provas que embasaram a condenação, aduzindo que foram obtidas mediante busca pessoal ilegal do sentenciado, em manifesta violação ao art. 244 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a suspensão do acórdão impugnado até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reformado o *decisum* atacado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 352/354):

Quanto à alegação de ilicitude da prova, o art. 244 do CPP dispõe que: "A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida foi determinada no curso de busca domiciliar". E, nesse contexto, a jurisprudência e a doutrina são firmes no sentido de que a busca pessoal "é aquela executada com contato direto com o corpo humano ou em pertences íntimos ou exclusivos do indivíduo, como uma mochila ou um carro.

Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou qualquer objeto mencionado nas hipóteses acima mencionadas".

Como visto pelos informes dos policiais, não há

qualquer dúvida sobre a existência de fundadas suspeitas para a abordagem. Os agentes públicos tinham ciência de que o réu estava foragido da Fundação CASE, local em que deveria estar cumprindo medida socioeducativa pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo, justificando, em elementos concretos, a realização da busca pessoal.

Trata-se, ademais, de percepção que, pela prática policial, se realiza tanto pela experiência que possuem na atividade, quanto por elementos não ostensivos, que, muitas vezes, obtêm da visualização do cenário indicado, tais como o local onde houve a abordagem (se é onde comumente ocorrem crimes) e comportamento do réu logo ao se deparar com os agentes.

Nada há nos autos indica ter havido arbitrariedade na abordagem ou mesmo a sua ilegalidade, firmando-se a regularidade a partir da confirmação da prática de ato ilícito - e permanente - com a apreensão da arma. O contexto evidenciado, por si só, já bastaria para afastar a apontada ilegalidade. Acrescento, ainda, outro argumento: não há qualquer indicio de dissenso (ausência de consentimento) para com a revista dos policiais aos acusados, nem alegação de violência policial.

Conclui-se, portanto, pela inexistência de mácula na prova.

Por conseguinte, incontestes que o acusado portava arma de fogo em desacordo com determinação legal ou regulamentar. A palavra dos policiais é válida, como dos testemunhos em geral, nos termos do art.

202 do CP1 39 , inexistindo motivo para que seja afastada a versão apresentada por eles.

A presunção em abstrato a respeito da parcialidade no relato das testemunhas que participam da apreensão não é devida, verificando - se que não foi apresentada qualquer razão para se duvidar daquilo que foi dito por elas. Aliás, o relato fidedigno a respeito das circunstâncias da prisão dá conta da veracidade das alegações, tendo o apelante admitido o porte do artefato.

Sendo assim, vai mantida a condenação do acusado, nos termos da sentença.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência